

COMO FICAM AS PESSOAS QUE NÃO TEM PARA ONDE IR? RACISMO AMBIENTAL NOS DESASTRES POLÍTICO-CLIMÁTICOS EM PELOTAS-RS

ISIS ALVES ARAÚJO¹; CLÁUDIO BAPTISTA CARLE²

¹Universidade Federal de Pelotas – isis.amed@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cbarle@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa identifica o racismo ambiental¹ sofrido pelas comunidades ribeirinhas da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, diretamente afetadas pelas inundações ocorridas no mês de maio de 2024. O estudo examina como a vulnerabilidade dessas populações, que se encontram às margens de corpos hídricos, é exacerbada pelas lógicas do neoliberalismo, resultando em exclusão social e exposição a riscos ambientais. A partir dos conceitos de geotopoder² e antropoceno³, argumento que os desastres não são fenômenos puramente naturais, mas consequências de um sistema político e econômico que privilegia o lucro e invisibiliza comunidades pobres.

A pesquisa utiliza abordagem etnográfica, além de uma análise crítica baseada principalmente nas teorias de Elizabeth Povinelli (2024), Sueli Carneiro (2023), Daniela Danowski (2017) e Eduardo Viveiros de Castro (2017) para demonstrar como a negligência política e a falta de investimentos públicos adequados perpetuam a vulnerabilidade dos povos tradicionais, já que a concentração de recursos em áreas mais favorecidas das cidades indica a intensificação da desigualdade socioambiental e aprofundamento do ciclo de exclusão. Dessa forma, busco não apenas expor essas assimetrias, mas também fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam justiça ambiental distributiva e qualitativa, garantindo acesso equitativo a recursos e proteção para as famílias que vivem em comunidades historicamente negligenciadas, de modo a assegurar a preservação de suas tradições e o respeito aos seus direitos humanos e territoriais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa está sendo conduzida com o apoio do Grupo de Pesquisa Cultura, Imaginário e Educação (GPCIE), vinculado ao CNPq, com núcleos na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) Campus Visconde da Graça (CAVG) e Universidade do Pampa (UNIPampa) Campus Jaguarão. O grupo desenvolve o mapeamento arqueológico

¹ Racismo ambiental é uma forma de discriminação que emerge das práticas políticas e econômicas do neoliberalismo e do capitalismo, afetando desproporcionalmente comunidades marginalizadas e vulneráveis, como as comunidades ribeirinhas de Pelotas.

² Segundo a antropóloga Elizabeth Povinelli, Geotopoder é uma forma de governança que diferencia a vida da não-vida, e que inclui a matéria não-viva no seu controle e gestão.

³ O termo Antropoceno é uma designação proposta pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de química em 1995, e que foi popularizado em 2000 para designar uma nova época geológica em que a espécie humana deixa de ser um agente biológico para se tornar um fator causal de magnitude capaz de alterar as condições biotermodinâmicas do planeta.

e cultural de objetos, lugares, manifestações e pessoas de referência às sociedades tradicionais na região sul do Rio Grande do Sul. Neste contexto, a primeira fase da pesquisa é a da escolha das comunidades a serem estudadas, realizada de acordo com os seguintes critérios: (I) pelas recorrentes inundações a que os moradores foram expostos, (II) pela realização de aterramentos feitos em áreas próximas a fim de preparar as zonas para empreendimentos imobiliários, (III) por serem áreas ocupadas por populações vulneráveis economicamente, e (IV) por apresentarem precária infraestrutura urbana.

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, ancorada em técnicas etnográficas e revisões teóricas. Serão realizadas observações participantes nas e com as comunidades para entender suas respostas socioculturais ao deslocamento forçado, além de compreender fenomenologicamente suas narrativas e estratégias de sobrevivência frente aos desastres. A revisão teórica será direcionada ao estudo de autores clássicos e contemporâneos que tratam de temas relacionados ao antropoceno, racismo ambiental, mobilidade climática, neoliberalismo e políticas ambientais. Além disso, a análise documental consistirá na leitura crítica de relatórios oficiais, planos de gestão de risco e políticas públicas municipais e estaduais referentes às áreas afetadas pelas enchentes. O foco será em examinar como essas políticas abordam ou negligenciam as necessidades das populações ribeirinhas, evidenciando as assimetrias no tratamento dado a diferentes grupos sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelotas está localizada na planície costeira do Rio Grande do Sul, em uma área de baixa altitude e próxima a corpos hídricos como a Laguna dos Patos, o Arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo, possuindo um histórico de desastres naturais relacionados a cheias. Hansmann (2013) indica que as principais inundações do município ocorreram em 1941, 1956, 1959, 1984, 1987, 1990, 1991, 1995, 1997, 1998, 2004 e 2009; porém, nenhum destes eventos gerou mapeamento preciso das áreas atingidas - documento essencial para a elaboração de estudos de risco hidrológico e políticas de prevenção para as zonas de risco. Em maio de 2024, o RS foi atingido por fortes chuvas, as quais afetaram novamente a cidade de forma intensa. Cercada por uma imensa área inundada por mais de 3 semanas, com o solo completamente encharcado e sem capacidade de absorver mais água, o Canal São Gonçalo, principal via de escoamento, alcançou seu nível máximo histórico de 3,12m, inundando áreas de baixa altitude e afetando principalmente as comunidades mais vulneráveis da cidade, como a Colônia Z3, onde 80% dos 3 mil moradores foram atingidos. Além dessa região, as Doquinhas, Pontal da Barra, Valverde, Navegantes e habitações próximas à ponte sobre o Canal São Gonçalo foram atingidas, e sua população, "evacuada" para abrigos improvisados pelo poder público, privado e sindicatos. Diversos estudos e relatórios, dentre estes os publicados anualmente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), vêm apresentando tendências de aumento progressivo e significativo das chuvas no Sul do Brasil para as próximas décadas. Entretanto, o município tem realizado atualizações em seu Plano Diretor no sentido de priorizar interesses imobiliários em detrimento de medidas de proteção ambiental, facilitando a ocupação desordenada das áreas úmidas e banhados (sistemas ambientais que amenizam cheias funcionando como esponjas naturais) pela construção civil de diversos condomínios de luxo

em um processo agressivo de gentrificação. Um exemplo é a versão do documento elaborado em 2008, na qual os banhados existentes na região chamada "Passo dos Negros" estavam mapeados enquanto "Área Particular de Especial Interesse Ambiental Natural", enquanto no Plano revisado em 2018 estas áreas foram suprimidas para regularizar os referidos condomínios. Por conseguinte, a área passou a ser identificada como "vazio urbano", seguindo o histórico de invisibilização das populações que ali vivem (Silveira, 2020).

Durante milênios, povos tradicionais coexistiram harmoniosamente com a natureza, extraindo o necessário para sua subsistência sem comprometer o equilíbrio ambiental. Entretanto, o modelo desenvolvimentista do capitalismo rompeu essa harmonia, o que tem levado ao esgotamento dos recursos naturais e à intensificação das mudanças climáticas, colocando em risco a própria existência humana (Danowski; Viveiros de Castro; 2017). Podemos analisar estes fatos à luz do conceito de geontopoder (Povinelli, 2024), o qual descreve como as formas de controle moldam a vida e a morte nas interações entre seres humanos e meio ambiente. Os povos tradicionais, que não se alinham ao individualismo liberal e que deveriam viver em equilíbrio com a natureza, encontram-se cada vez mais destituídos do direito de manejar seus recursos territoriais.

A tradicional prática de pesca artesanal, por exemplo, revela uma forma de resistência que valoriza o equilíbrio ecológico, enquanto o Estado impõe modelos de desenvolvimento que ignoram ou manipulam aos seus interesses essa prática. Além disso, populações de margem, compostas em grande parte por afrodescendentes, têm sido sistematicamente excluídas das políticas públicas; a interseccionalidade entre classe, raça e ambiente evidencia como o capitalismo e o neoliberalismo perpetuam a desigualdade estrutural, onde o peso das catástrofes climáticas recai sobre os mais pobres (Carneiro, 2023). Os rios, lagos e lagoas são mais do que uma fonte de recursos; eles são partes do tecido social e cultural dessas populações.

O deslocamento forçado a que estão sujeitos, portanto, representa não apenas uma perda física de território, mas uma desconexão cultural, na qual a precariedade do acesso a serviços básicos, como saúde e educação, agrava sua vulnerabilidade em momentos de crise, um exemplo claro do que Povinelli (2024) descreve como a marginalização das formas de vida que não se alinham ao capitalismo global. No caso das comunidades estudadas, a transformação do ambiente é tangível: as águas, que sempre foram um recurso essencial para sua subsistência, tornam-se vetores de deslocamento forçado durante as catástrofes. Embora a presente pesquisa ainda esteja na primeira fase, é possível identificar resultados preliminares que revelam múltiplas formas de violência enfrentadas por essas pessoas, que apontam para sua marginalização social sistemática e negligência histórica frente ao poder público. As inundações de 2024 são emblemáticas não apenas como um desastre natural, mas como um fenômeno sociopolítico que evidencia o racismo ambiental.

4. CONCLUSÕES

O que se observa nas comunidades ribeirinhas de Pelotas é uma versão localizada da dinâmica global na qual o avanço desenfreado do capitalismo leva ao colapso ambiental e à marginalização de populações inteiras. No entanto,

enquanto classes privilegiadas conseguem mitigar os piores efeitos dessa crise, são os mais pobres - os condenados da Terra, como coloca Frantz Fanon (2005) - que sofrem suas piores consequências. Assim, proponho que eventos ambientais extremos, embora climáticos em sua manifestação, sejam tragédias políticas em sua origem. Enquanto populações privilegiadas de Pelotas têm acesso a medidas preventivas e suporte governamental, as comunidades de margem permanecem desprotegidas, sem recursos para mitigar danos sofridos, reconstruir suas vidas nem perspectivas de um futuro promissor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: ISA e Cultura e Barbárie, 2017.

EM PAUTA, Universidade Federal de Pelotas. <https://n9.cl/eqxt8> Acesso: 29/09/2024.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

HANSMANN, Henrique. **Descrição e Caracterização das Principais Enchentes e Alagamentos de Pelotas-RS**. Universidade Federal de Pelotas, 2013.

IPCC. **The Intergovernmental Panel on Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Disponível em <https://n9.cl/dv8fd>. Acesso: 01/10/2024.

MATHIAS, Simone Fernandes. **Passo dos Negros**: entre narrativas, etnografias e conflitos. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

PELOTAS, RS. Lei nº 5502/ 2008. **III Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal**, Pelotas, 2008. <https://n9.cl/zllkfi>. Acesso: 04/10/2024.

POVINELLI, Elizabeth A. **Catástrofe ancestral: Existências no liberalismo tardio**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SILVEIRA, Melina Monks. **Territorialidades em disputa**: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.